

Campos critica apoio do Senado às negociações

Para o senador, o projeto é inconstitucional e contém vários absurdos

BRASILIA — O líder do PDS no Senado, Roberto Campos (MT), voltou ontem de viagem aos Estados Unidos e criticou o projeto de resolução da Comissão de Assuntos Econômicos que aprovou as negociações da dívida externa conduzidas pelo governo. Para o senador, o projeto “é inconstitucional e contém vários absurdos”. Ele também não aprova o sistema de negociações. Do negociador brasileiro, embaixador Jório Dauster, disse: “Ele foi meu funcionário, mas não aprendeu nada de dívida externa.”

O senador foi para o plenário anunciando que faria um discurso fulminando o projeto, terceiro item da Ordem do Dia. Mas não precisou falar. O senador Ney Maranhã o (PRN-PE), em exercício na liderança do governo, conseguiu retirar o projeto da pauta e adiou a decisão para 21 de novembro. Até lá, com a volta do seu relator, Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), em viagem também aos Estados Unidos, espera-se que o projeto seja revisto.

Roberto Campos acha que o projeto de resolução foi fruto da inexperiência dos senadores no assunto. “O Senado está querendo ir além de suas atribuições”, diz. “Quer examinar cada contrato e não há a menor condição para isso”, observa o

senador, perguntando: “Quantos senadores sabem o que é cross default, front payment, colateralized mortgage bond?”

Campos considera inconstitucional o projeto por tentar submeter à apreciação do Senado obrigações já contratadas e que não previram essa interferência. Acha que o projeto — e aí sua crítica alcança a proposta brasileira aos credores estrangeiros — proclama uma “obviedade”, ao dizer que o Brasil só pagará o que pode, e uma “tolice”, ao estabelecer que a ele próprio cabe definir isso. “Se o Brasil resolve construir outra Brasília, não sobrará nada e não se pagará nada, o que é um absurdo.”

Na opinião do senador, o projeto de resolução, longe de reforçar a posição brasileira nas negociações com os credores, seria um incentivo a uma confrontação “desaconselhável e totalmente desnecessária”. Desnecessária, na sua opinião, porque “há boa vontade da parte dos credores para se encontrar uma solução”. O que o Brasil não pode fazer, segundo ele, é fugir dos padrões de negociação adotados por outros países.

Para o senador, o projeto de resolução foge dos principais objetivos da negociação, que são os de restaurar a confiabilidade do Brasil, atrair investimentos estrangeiros, propiciar a abertura de novos créditos e fazer a repatriação de capitais brasileiros. Todos esses, por sinal, segundo ele, são instrumentos de pagamento da dívida externa.